



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
COMISSÃO NACIONAL DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

1 ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO NACIONAL DE AVALIAÇÃO DA
2 EDUCAÇÃO SUPERIOR – CONAES. Em 16.02.2023 (dezesseis de fevereiro de dois mil e
3 três), às dez horas, presencialmente e por videoconferência, teve início a 186^a (centésima
4 octogésima sexta) Reunião Ordinária da CONAES, no Gabinete do Ministro da Educação,
5 com a presença dos seguintes membros: Ana Maria Ferreira de Mattos Rettl (Notório
6 Saber), Mário César Barreto Moraes (Notório Saber), Thérèse Hofmann Gatti Rodrigues da
7 Costa (Notório Saber), Maurilio Mussi Montanha (Representante do Corpo Técnico –
8 Administrativo), Ana Beatriz B. de Siqueira (Representante Discente), Paulo César Diniz de
9 Araújo (Representante Docente), Ulysses T. Teixeira (Representante do INEP), Mircea
10 Claro Moller (Representante da Capes) e, como ouvintes Helena Maria Sant Ana Sampaio
11 Andery (Secretária da SERES), Clarissa Santos (Assessora SERES), Alause da Silva Pires
12 (Coordenadora-Geral da SETEC), Manuel Palácios (Presidente do INEP) e Arthur Canotilho
13 Machado (Ass. Técnico do INEP). Presentes por videoconferência, como ouvintes: Tânia
14 Mara Francisco (Diretora da SESU/MEC), Patrício Pereira Marinho (Coordenador-Geral da
15 de Elaboração de Exames da Educação Superior/DAES – INEP), Rogério Dentello
16 (Coordenador-Geral CGAV/DAES – INEP) e Robson Quintilio (Pesquisador do INEP).
17 Participou presencialmente também Tamyres Aguiar Rodrigues (Assistente Administrativo
18 da CONAES). A Presidente deu boas-vindas a todos, em destaque aos novos integrantes
19 da Conaes, a Prof.^a Ana Beatriz, o Prof. Ulysses, novos participantes do Ministério e pediu
20 a todos que se apresentassem. Após apresentações, a Presidente iniciou a reunião. **Item**
21 **1.1.** A Ata 185^a foi colocada em votação. Sem objeções, foi aprovada. A Presidente
22 questionou sobre a inclusão ou exclusão de algum item da Pauta. O Prof. Ulysses pediu a
23 retirada do item 3.2. (Proposta de Revisão da Portaria Normativa do ICA – INEP) e justificou
24 que para reavaliação, será necessário diálogo com a equipe responsável pelo censo da
25 educação superior do Inep, para coletar dados dos professores, tutores de cursos EaD,
26 para enfim ter uma revisão do censo e do ICA. Justificou que esse é um trabalho de longo
27 prazo e pediu que essa discussão voltasse à Conaes em novembro/2023. Pediu, também,
28 a retirada do item 3.1. (Nota Técnica do INEP justificando a retirada dos pesos nas
29 Dimensões – INEP), explicou que esse item faz referência a estudos que estão sendo feitos
30 para a revisão dos instrumentos de avaliação in loco para autorização, reconhecimento e
31 renovação de reconhecimento de cursos. Explicou que já existe uma proposta elaborada
32 pela equipe técnica, com contribuições de representantes da Conaes e era um trabalho que
33 já vinha sendo conduzido pela equipe anterior, porém que, ainda, não tinha conhecimento,
34 que foi apresentado neste ano, e propôs algumas ideias que julga importantes incorporar
35 nesse processo. Por exemplo, em reunião com o Conselho deliberativo da CTAA e em
36 conjunto com os coordenadores de cada sub colegiado da comissão, foi pensado na
37 possibilidade de fazer um levantamento de quais indicadores específicos dos instrumentos
38 estavam tendo um número maior de impugnações para definir o melhor tratamento na nova
39 proposta. Outro ponto seria a montagem de um grupo de professores, não de avaliadores



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
COMISSÃO NACIONAL DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

40 que já estão com um olhar viciado nos instrumentos, ou que já participaram da proposta,
41 mas de professores, coordenadores de curso que já passaram pelo processo de avaliação
42 antes; que tivesse pessoas de todas as áreas, do Cine Brasil também, pensando também
43 nas diversas categorias administrativas, organização acadêmica e região do país, com o
44 objetivo de revisar instrumento pensando se a proposta se aplica a realidade dos seus
45 cursos e se tem algo que não está sendo captado pelos instrumentos. Com todos esses
46 olhares, imagina-se que haverá algumas proposições de revisão, e assim trará novamente
47 o instrumento à Conaes para deliberação; a partir disso iniciará a realização do pré-teste.
48 Acredita na importância de a avaliação ser minimamente feita com os vídeos das avaliações
49 virtuais que o Inep tem, junto a uma visita exclusiva, para ver como um instrumento se
50 comporta. E a partir disso, faria sentido retomar a discussão de pesos dos indicadores. Por
51 prudência pediu que esse item volte à discussão na Conaes em junho/2023, e que havendo
52 qualquer desenvolvimento anterior, pedirá um adiantamento da pauta. A Prof.^a Mircea pediu
53 a inclusão na Pauta “Dúvida sobre o comunicado das bases de dados dos indicadores de
54 qualidade”. O Prof. Paulo pediu que fosse abordado a recondução dos professores Esteban
55 e Thérèse e sobre a saída do Prof. Mário da Conaes. A secretária Helena pediu que fosse
56 retirado da Pauta os itens 3.4, 3.5, 3.6 e 3.7; justificou que esses são assuntos que estão
57 sendo discutidos na SERES junto à presidência do INEP e CNE. Que nesse momento,
58 essas questões estão sendo revisitadas a partir de todos os materiais que foram deixados
59 na gestão passada. Ficando assim acordado que os itens 3.4, 3.5, 3.6 voltará para
60 discussão na próxima reunião e o item 3.7 para abril/2023. A Presidente comentou sobre a
61 Lei dos SINAES, em destaque à composição da Conaes, que segundo o Art. 7º a Conaes
62 terá: “I – 1 (um) representante do INEP; II – 1 (um) representante da Fundação
63 Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES; III – 3 (três)
64 representantes do Ministério da Educação, sendo 1 (um) obrigatoriamente do órgão
65 responsável pela regulação e supervisão da educação superior; IV – 1 (um) representante
66 do corpo discente das instituições de educação superior; V – 1 (um) representante do corpo
67 docente das instituições de educação superior; VI – 1 (um) representante do corpo técnico-
68 administrativo das instituições de educação superior; VII – 5 (cinco) membros, indicados
69 pelo Ministro de Estado da Educação, escolhidos entre cidadãos com notório saber
70 científico, filosófico e artístico, e reconhecida competência em avaliação ou gestão da
71 educação superior”. Explicou que historicamente, na Conaes sempre houve a presença da
72 SESU, SETEC e SERES e que espera que se mantenham na Conaes. A obrigatoriedade
73 da SERES está prevista na Lei do SINAES. Mas é necessário homologação e designação
74 de quem representará na CONAES o Ministério. Por falta das Portarias de designação, os
75 representantes destas secretarias presentes, estavam como ouvintes sem direito a voto.
76 **Item 2.1.** Proposta de Cesta de Indicadores que será divulgada em 2023 – SERES/ INEP.
77 O Prof. Mário fez uma consideração, explicando que esta cesta de indicadores está sendo
78 construída há dois anos na Conaes. E que talvez este seja o item de maior impacto dentro



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
COMISSÃO NACIONAL DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

79 das instituições de ensino superior no país. Destacou ser uma grande renovação feita pelo
80 Inep e cuja gestão está na condução do atual presidente, Prof. Palácios. Demonstrou-se
81 muito satisfeito por nesse momento estar em deliberação com alguns indicadores pré-
82 selecionados e discutidos dentro da Conaes. O Presidente Manuel Palácios pediu desculpa
83 a todos e explicou que mesmo tendo bloqueado a agenda para participar da reunião, teria
84 de se ausentar para efeito de cumprimento de agenda junto ao Presidente da República.
85 Afirmou que virá à reunião da Conaes sempre que possível. A Presidente agradeceu sua
86 presença e passou a palavra para o Prof. Ulysses. Ele explicou que essa proposta da cesta
87 de indicadores é uma ideia antiga dentro da Conaes e Inep, e sempre se deparou com o
88 desafio de fazer uma substituição ao mesmo tempo que, continua-se calculando os
89 indicadores vigentes. Disse ter muitas ideias de indicadores diferentes, por exemplo, a de
90 avançar num indicador de egressos da educação superior que fale sobre empregabilidade,
91 como a instituição está acompanhando esse egresso etc. Mas esse é um dado que o Inep
92 ainda não tem, então foi proposto a princípio, numa Nota Técnica que já foi enviada nas
93 reuniões anteriores, um levantamento de todos os dados coletados pelo Inep, no censo da
94 educação superior, nos instrumentos de avaliação in loco, no Enade e no questionário do
95 estudante aplicado aos estudantes do Enade. E a partir desses dados, será proposto
96 indicadores simples, que pudessem retratar melhor e em mais detalhes a realidade dos
97 cursos e das instituições. Isso está vinculado a uma ideia de eventual substituição desses
98 indicadores vigentes, que hoje é o CPC e IGC, que serve muito a regulação e as demais
99 políticas públicas, mas que não passam uma mensagem tão direta para a instituição, sobre
100 o significado da nota estabelecida. O Inep recebe demandas das instituições muito
101 contraditórias a respeito dessas notas, e por meio dessa nova proposta essas instituições
102 terão mensagens mais diretas a respeito da avaliação. O Prof. Ulysses explicou que há
103 uma lista de potenciais indicadores e que ela continha 118 possíveis indicadores dos quais
104 em uma reunião na Conaes, com o Prof. Mário e o Prof. Esteban, escolheram alguns para
105 iniciar os testes. Os escolhidos foram estudados e trazidos para discussão; estão
106 vinculados a dimensão do perfil docente e estão divididos em quatro blocos: - Bloco 1:
107 Cursos vinculados por docente por IES. Indicador 77: Média de cursos vinculados por
108 docente. Indicador 78: Média de cursos vinculados por docente doutor. Indicador 79: Média
109 de cursos vinculados por docente especialista. Indicador 80: Média de cursos vinculados
110 por docente mestre. – Bloco 2: Titulação docente e Regime de trabalho. Indicador 83:
111 Percentual de docentes com doutorado na IES. Indicador 84: Percentual de docentes com
112 doutorado no curso. Indicador 85: Percentual de docentes com mestrado na IES. Indicador
113 86: Percentual de docentes com mestrado no curso. Indicador 88: Percentual de docentes
114 com mestrado ou doutorado na IES. Indicador 89: Percentual de docentes com mestrado
115 ou doutorado no curso. Indicador 91: Percentual de docentes com regime de trabalho em
116 tempo integral na IES. Indicador 92: Percentual de docentes com regime de trabalho em
117 tempo integral no curso. Indicador 93: Percentual de docentes com regime de trabalho em



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
COMISSÃO NACIONAL DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

118 tempo parcial no curso. - Bloco 3: Permanência docente. Indicador 104: Permanência
119 docente acumulada – curso. Indicador 105: Permanência docente acumulada – IES.
120 Indicador 106: Permanência docente intercalada – curso. Indicador 107: Permanência
121 docente intercalada – IES. Indicador 108: Razão permanência docente acumulada/idade
122 da IES. Indicador 109: Razão permanência docente acumulada/idade do curso. Indicador
123 110: Razão permanência docente intercalada/idade da IES. Indicador 111: Razão
124 permanência docente intercalada/idade do curso. O Prof. Ulysses explicou que este estudo
125 está relacionado à permanência de docentes medida em anos, de quanto tempo os
126 professores estão vinculados a um determinado curso. Hoje, sabe-se que temos instituição
127 centenária no Brasil, mas não se tem esses dados por CPF do professor desde sempre.
128 Têm-se a partir de 2009. Então, de 2009 até a atualidade, pode-se conhecer quantos
129 professores estão vinculados a determinado curso, e assim medir a rotatividade de
130 professores. E por último o Bloco 4: Número de estudantes por docente. Indicador 54:
131 Razão estudantes por docentes doutores na IES. Indicador 55: Razão estudantes por
132 docentes doutores no curso. Indicador 56: Razão estudantes por docentes mestres na IES.
133 Indicador 57: Razão estudantes por docentes mestres no curso. Indicador 58: Razão
134 estudantes por docentes na IES. Indicador 59: Razão estudantes por docentes no curso.
135 Os ensaios foram feitos a partir dessa base para contextualizar a divulgação do CPC e IGC
136 nos próximos dias, a depender da definição do Ministro. Continuou explicando que foi
137 encaminhado uma base de dados com os resultados já calculados para todos esses
138 indicadores. Todos esses indicadores apresentados foram tratados a partir dos dados do
139 censo da educação superior. As fórmulas de cálculos foram definidas, aplicadas e
140 calculadas. Explicou que as bases de dados foram fechadas e os resultados desses 27
141 indicadores foram encaminhados. O Prof. Ulysses continuou esclarecendo que os
142 pressupostos para verificar um indicador social, são: Relevância social, validade de
143 construto, Confiabilidade, Cobertura, Sensibilidade, Especificidade, Inteligibilidade,
144 Periodicidade, Desagregabilidade e Replicabilidade. A Prof.^a Helena, demonstrou
145 preocupação referente a alguns cursos, onde há professores ocasionais que não possuem
146 viés acadêmico. E questionou se há algum indicador que possa medir e captar essa
147 especificidade. O Prof. Mário explicou que esse é o primeiro grande bloco de indicadores
148 que atende a grande maioria dos cursos de bacharelado e que é objeto de avaliação nos
149 instrumentos de avaliação. Dessa forma é necessário saber se o que está sendo avaliado
150 de fato é aquilo que na prática se observa. Esclareceu que a SETEC havia ficado
151 responsável em num segundo momento, de discutir quais indicadores ela gostaria que
152 fosse cotejada. Nesse momento há 30 de 118 indicadores. Esses restantes terão que ser
153 objeto de discussão e verificar como serão avaliados. A cesta de indicadores é algo que
154 está em construção permanentemente e que, por esse motivo, as propostas podem vir da
155 SERES ou INEP. A Prof.^a Thérèse complementou e expôs sua participação junto ao Prof.
156 Esteban como representantes da Conaes, na discussão sobre os indicadores no Inep, e



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
COMISSÃO NACIONAL DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

157 um dos indicadores era relacionado a experiência no mercado de trabalho, para
158 contrabalancear o doutorado. O Prof. Mário questionou se esse indicador prevê essa
159 especificidade e disse que este precisa ser amadurecido antes de deliberado. Maurílio
160 comentou que pode ser mais complicada a coleta dessa informação e se colocou à
161 disposição do Inep para auxiliar. O Prof. Ulysses agradeceu e pediu que Maurílio o
162 contatasse. Também comentou sobre a observação da Prof.^a Helena e disse que essa ideia
163 está realmente nos princípios que movimentaram essa discussão na Conaes e que de fato
164 é necessário extrair esses dados. Os instrumentos de avaliação vão coletar estes dados de
165 alguma maneira, mas a coleta na autorização defronta-se com o problema da troca de
166 professores no reconhecimento e, na sequência, na renovação do reconhecimento; e os
167 cursos com melhor desempenho no CPC estão sendo dispensados da visita. Dessa forma,
168 não irá coletar essa informação desses cursos, apenas dos que tem o desempenho mais
169 baixo. E estes provavelmente não irão aparecer. O prof. Mário comentou que a sociedade
170 vai poder olhar isso de todos os cursos, aqueles que têm renovação de reconhecimento
171 automático porque tiraram nota “3”, “4” ou “5” no ENADE também estarão nessa situação
172 tendo, assim, o olhar geral. E sugeriu que o Prof. Ulysses encaminhe os 118 indicadores
173 para conhecimento de todos da Conaes para que, desta forma, possa ser avaliado se há
174 algum indicador a mais que deva ser inserido e aprovado pela regulação. O Prof. Ulysses
175 explicou que estes 118 indicadores são aqueles dos dados já existentes e que por meio
176 dessas discussões serão avaliados e decidido se haverá alguma inclusão. No Bloco 1, o
177 embasamento técnico-legal está em avaliar as condições de ensino oferecidas aos
178 estudantes, em especial as relativas ao corpo docente que é um dos objetivos da avaliação
179 dos cursos, prevista na Lei dos Sinaes. Os indicadores que mostram a relação entre a
180 quantidade de docentes e a quantidade de cursos nas Instituições, contribuem para
181 caracterizar essa dimensão “perfil do corpo docente”. Os dados de vínculo de docentes a
182 cursos, bem como a titulação dos docentes, coletados pelo Censo da Educação Superior,
183 permitem o cálculo dos indicadores. Os critérios mínimos para que os indicadores do Bloco
184 1 possam ser calculados para a IES, a IES precisa ter pelo menos, no Censo da Educação
185 Superior um curso em situação ativa ou em extinção, não podendo ser um curso sequencial
186 e nem ABI (sem grau acadêmico); e um docente vinculado a um ou mais cursos de
187 graduação. Garantindo a confiabilidade através da Base do Censo e a periodicidade de
188 poder haver cálculo todo ano. Explicou que os dados e variáveis utilizados para a Base de
189 cálculos são as mesmas disponíveis para pesquisas. Tinha-se um número de 2574
190 instituições, com os filtros aplicados, chegou-se a 2504, tendo um percentual de cobertura
191 de 99,6%; dos cursos, de 43.085 chegou-se a 43.062 com percentual de cobertura de
192 99,9%; nas funções docentes de 911.201 chegou-se a 911.201 com percentual de
193 cobertura de 100%; docentes-IES de 306.585 chegou-se a 306.585 com percentual de
194 cobertura de 100%; e matrículas, de 8.986.708 chegou-se a 8.958.647 com percentual de
195 cobertura de 99,7%. Sobre as análises dos dados descartados da Base de cálculo, as



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
COMISSÃO NACIONAL DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

196 informações retiradas da base, por não atender aos critérios mínimos para o cálculo dos
197 indicadores do Bloco 1, representam os dados de 10 IES, sendo que, todas as 10 IES não
198 têm docentes vinculados a cursos de graduação, 4 IES têm apenas 1 curso e a que tem
199 mais cursos tem 4. Total de 23 cursos. Sendo que 8 estão em extinção; 7 IES têm zero
200 matriculados e a que tem mais matriculados tem 102. Total de 123 matriculados. Todas são
201 faculdades; 3 são privadas sem fins lucrativos e 7 são privadas com fins lucrativos.
202 Conclusão: os dados retirados da base não são suficientes para gerar um viés nos
203 resultados dos indicadores. O Prof. Mário destacou que essas 7 IES que tem zero
204 matriculados, provavelmente fez o pedido de credenciamento. Credenciou-se como IES e
205 está esperando para, talvez, ser vendida ou não. Mas antes havia um prazo de que se em
206 dois anos não houver oferta de curso, ela será considerada em desativação. Mas isso é
207 algo que a Seres toma a decisão. A Prof.^a Helena expôs que essas privadas sem fins
208 lucrativos que estão sem condições de sobrevivência estão sendo descredenciadas. O Prof.
209 Mário explicou que elas tiveram que migrar para ser com fins lucrativos para não perder o
210 benefício das comunitárias. O Prof. Ulysses continuou apresentando a análise exploratória
211 da Base de cálculo da quantidade de IES e Médias de matrículas, cursos e Docentes- IES,
212 por Organização Acadêmica das Instituições; mostrou que de 1.969 Faculdades há uma
213 média de 611 matrículas, 6 cursos e 41 Docentes-IES. Em 41 IF/CEFETs, há uma média
214 de 729 matrículas, 45 cursos e 616 Docentes-IES. Em 350 Centros Universitários, há uma
215 média de 7.427 matrículas, 35 cursos e 164 Docentes-IES. E, em 204 universidades, há
216 uma média de 24.128 matrículas, 85 cursos e 908 Docentes-IES. Cumprindo também o
217 pressuposto de desagregabilidade. Na análise de posterização foram separadas essas
218 Instituições por porte. Porque pode ser interessante também ver que instituições de portes
219 diferentes tinham comportamentos diferentes nos indicadores. 2.284 Instituições foram
220 definidas em pequeno porte, entre essas 86,1% são faculdades; 225 Instituições foram
221 definidas em médio porte com 53,3% de universidades; 51 Instituições foram definidas em
222 grande porte com 94% sendo universidades, e 4 Instituições foram definidas em Super
223 superando a média de 454.626 matrículas, com 3 universidades e 1 centro universitário. O
224 mais interessante é que a maioria delas foram consideradas como pequeno porte.
225 Referente ao indicador 77, a distribuição dos valores da média de cursos vinculados por
226 docente por IES, definiu que mais de 50% das IES apresentaram valores entre 1 e 1,7
227 cursos vinculados por docente. E, em média, as IES têm docentes vinculados a 2 cursos.
228 A Prof.^a Helena trouxe a questão sobre a informação de qual mantenedora o docente está
229 contratado. A Assessora Clarisse destacou também a importância de obter dados do censo
230 sobre qual conglomerado a mantenedora está vinculada. O Dir. Ulysses explicou que os
231 códigos definidos pelos conglomerados podem ser padronizados, pois por terem códigos
232 diferentes, no momento das análises estatísticas, essas informações aparecem de maneira
233 diferente. A Prof.^a Mircea explicou que na Capes é visto por campus também e que as
234 instituições que têm diversos códigos aparecem separadas, como se fossem instituições



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
COMISSÃO NACIONAL DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

235 diferentes para cada campus. Ela também comentou sobre a ação judicial na Capes devido
236 a não divulgação dos parâmetros com antecedência ao início do período avaliativo. E
237 orientou o Inep refletir sobre a divulgação dos novos parâmetros. O Prof. Ulysses expos
238 uma visão pessoal de que essa cesta pode ser aumentada, podendo calcular novos
239 indicadores e propôs publicar esses dados como estatísticas e, quando houver um
240 consenso na Conaes e com a Seres sobre a utilização desses dados para atos e políticas,
241 pode-se deixar de calcular o CPC e o IGC. E nesse momento, o Inep anunciará a mudança
242 da avaliação com as novas regras. Continuou apresentando, e analisando os resultados da
243 média do indicador 77, sobre os números de cursos por docentes por organização
244 acadêmica e mostrou que há diferenças nos resultados entre Universidades, IF/CEFETs,
245 Centro Universitários e Faculdades, mas no geral não são diferenças significativas. A
246 princípio, foi concluído que esses resultados não impactariam em uma divulgação geral.
247 Analisando a organização acadêmica versus porte das IES, foi visto uma certa correlação,
248 onde as instituições maiores (super, com 4 instituições) estão com médias maiores de
249 cursos vinculados a docentes. As grandes e as médias tiveram resultados médios, e as
250 pequenas com a média menor, considerando que estas não possuem tantos cursos, assim
251 não tem como vincular. Na categoria administrativa as públicas e privadas também não
252 obtiveram muita diferença. As privadas são 88% das instituições, mas as médias ficaram
253 muito próximas. Com mais detalhes, sobre as diferenças na categoria administrativa entre
254 as públicas federais, estaduais, municipais, especiais, privadas com fins lucrativos e
255 privadas sem fins lucrativos, as federais obtiveram a média mais alta de docentes. As
256 privadas com e sem fins lucrativos obtiveram resultados muito próximos entre elas. Sobre
257 a titulação docente há 45,1% de professores com mestrado vinculados a cursos, 29,8%
258 com doutorado, 24,6% com especialização e 0,5% com graduação vinculados a cursos. O
259 Prof. Mário sugeriu que houvesse uma variável nesse indicador que mostre qual titulação
260 está vinculado a cada curso. O Dir. Ulysses irá considerar essa sugestão. Por regime de
261 trabalho, 40% trabalham em tempo parcial, 33% são horistas, e 27% em tempo integral. Na
262 análise dos dados que fogem da normalidade o comportamento de 156 IES no indicador 77
263 foram considerados outliers e 156 IES representam 6% do total de IES com indicador
264 calculado. 51% delas são faculdades, os professores estão predominantemente ao tempo
265 parcial, a maioria das instituições são de pequeno porte, 62% são privadas com fins
266 lucrativos e 88% dos professores com mestrado e doutorado. Conclui-se, então, que os
267 resultados do indicador 77 - Média de cursos vinculados por docente por IES - demonstram
268 que este atende os pressupostos de um indicador social (Relevância social, Validade de
269 construto, Confiabilidade, Cobertura, Sensibilidade, Especificidade, Inteligibilidade,
270 Periodicidade e Desagregabilidade). Continuou apresentando os resultados da
271 comparação dos indicadores de nº 77, nº 78, nº 79, nº 80, nº 83, nº 85, nº 88, nº 91, nº 105,
272 nº 107, nº 108, nº 110, nº 54, nº 56 e nº 58 para IES. Além da proposta de explorar
273 resultados de instituições específicas, esses dados foram expostos para entender o início



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
COMISSÃO NACIONAL DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

274 de uma proposta de como esses dados poderiam aparecer num painel de BI para cada
275 instituição. Se for seguir a regra de todos os indicadores que estão na Lei dos Sinaes, da
276 escala de 1 a 5, nesse painel, cada gráfico terá de ter 5 níveis. A proposta é que sejam
277 incluídas dimensões diferentes em gráficos; a perspectiva do Inep é que na avaliação não
278 seja necessário ranquear as instituições e definir quem seja a melhor, e sim, poder mostrar
279 a sociedade que tipo de ênfase cada instituição se destaca. Dessa forma, quem definiria a
280 melhor ou pior seria o usuário de acordo com suas demandas e necessidades. Por meio
281 dessa possibilidade, o usuário poderá buscar a instituição que mais se enquadrar nos seus
282 objetivos. A Prof.^a Helena propôs que seja criado um indicador social. O Dir. Ulysses expôs
283 que a equipe terá de elaborar um tipo de questionário e pedir para que as próprias
284 instituições os informem sobre os programas de atuação local e regional. A Prof.^a Mircea
285 lembrou a todos sobre o que havia comentado na reunião anterior, que todas as fichas de
286 avaliação da Capes por área definiram indicadores para algumas dimensões. Essa ficha de
287 avaliação da pós-graduação possui a inserção regional, internacionalização e o impacto
288 social. Comentou que talvez a partir desse modelo, o Inep possa ter alguns exemplos que
289 possam ser aplicados para o ensino superior. O Prof. Mário comentou que talvez o Inep
290 possa aproveitar também, os conceitos de internacionalização. O Prof. Paulo parabenizou
291 a equipe do Inep e disse sentir falta na apresentação das correlações com outras
292 avaliações. Trouxe como exemplo, uma suposta situação em que um aluno que teve uma
293 nota do Enem baixa, se forme em uma instituição e entregue uma nota alta no Enade;
294 propõe que seja criado um indicador que capte essa transformação social. Disse também
295 que se leve em consideração um indicador de investimento em termos institucionais, do
296 quanto está sendo investido na instituição e quanto está sendo a entrega da instituição.
297 Propôs que a entrega de resultado deva ser levada em consideração na avaliação
298 institucional. O Prof. Ulysses, explicou que já há um indicador, o IDD, que tenta fazer essa
299 correção social. O indicador de valor agregado é um indicador bem-quisto no Inep e que é
300 fundamental nessa cesta. E a Lei dos Sinaes previu aplicação da prova do Enade para
301 ingressantes e concluintes, o que significa que ela quer medir o processo e não só os
302 resultados. O Enem está sendo a prova utilizada hoje para os ingressantes. Também
303 acredita ser fundamental para o Inep, melhorar a comunicação dos resultados da avaliação,
304 pois o Inep possui uma vasta informação sobre as instituições, muitos indicadores que
305 estão sendo produzidos e o aluno não tem acesso claro desses dados. Que o ideal é que
306 tivesse todos esses dados, inclusive da autoavaliação institucional em um painel único.
307 Disse que será um mega desafio chegar a centenas de indicadores e escolher os que
308 estarão na página principal da educaçãosuperior.mec.gov.br para todos que quiserem
309 acessar esses dados. O Prof. Paulo insistiu na proposta de um indicador que calcule a
310 entrega da instituição em termos de investimentos. Acredita que dessa forma,
311 entregaremos subsídios e o governo terá mais segurança para investir em programas em
312 instituições federais e sem fins lucrativos. O Prof. Ulysses esclareceu que esses testes



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
COMISSÃO NACIONAL DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

313 apresentados foram só um primeiro passo. E a proposta de encaminhamento seria no
314 sentido de continuar fazendo esses testes para todos os outros. Pedeu que todos continuem
315 analisando a base de dados para identificar possíveis inconsistências. E a partir da próxima
316 reunião, seja feito esse debate, posteriormente a deliberação, em seguida escolher os
317 próximos indicadores. A Presidente colocou para todos a proposta de encaminhamento do
318 Prof. Ulysses. Todos estiveram de acordo. Ficando assim, para a próxima reunião a
319 deliberação. **Item 3.4.** Nota Técnica do INEP sobre o reajuste do Auxílio de Avaliação
320 Educacional (AEE). O Prof. Ulysses comentou que esse processo ainda está em
321 andamento dentro do Inep. Disse ser uma proposta que surgiu a partir do Rogério Peter na
322 avaliação in loco, porque o valor de pagamento (Auxílio de Avaliação Educacional) dos
323 avaliadores que fazem a visita, bem como os membros que elaboram itens para montagem
324 das provas do Enade, foi atualizado pela última vez no ano de 2010. Para uma visita, por
325 exemplo, paga-se um valor de R\$ 1.200,00. Mas se o professor viajar numa segunda-feira
326 e trabalhar na terça, quarta, quinta e voltar na sexta, ele perde a semana para ganhar este
327 pequeno valor. Em alguns casos como medicina, o professor que tem consultório, pode
328 ganhar esse valor em uma ou duas consultas. Então isso chegou num ponto que está
329 inviabilizando a continuidade dos trabalhos, porque dessa forma, não há pessoas que
330 aceitem trabalhar por esse valor. Então foi montada essa nota Técnica como proposta
331 inicial, onde foi feito um cálculo da projeção de gastos que o Inep terá com as avaliações in
332 loco em 2023, bem como a arrecadação das taxas das avaliações; e considerando a
333 economia que o Inep teve com as visitas virtuais, por não estar mais pagando passagens
334 e diárias, a correção do IPCA de 2010 para atualmente, foi concluído que não resultaria em
335 déficit. Essa proposta está sendo discutida também junto a outras diretorias do Inep, porque
336 se houver o aumento em decreto, impactará para todos, inclusive Capes e FNDE. Então,
337 quando a proposta chegar oficialmente no Gabinete do Ministro, ele deve distribuir para
338 Capes e FNDE fazerem um levantamento do impacto orçamentário. O Prof. Ulysses
339 solicitou apoio a Conaes pois é muito necessário este reajuste. A Prof.^a Helena questionou
340 se as avaliações voltarão a serem presenciais. A Presidente esclareceu que as avaliações
341 presenciais são apenas para Medicina, Odontologia e cursos regulados. A Prof.^a Helena
342 ainda questionou se há perspectiva de mudança quanto as avaliações voltarem a serem
343 presenciais. O Dir. Ulysses esclareceu que desconhece sobre algum encaminhamento de
344 alteração na Lei, mas que sempre há a possibilidade de ser feita uma visita presencial para
345 outros cursos. Continuou esclarecendo que a equipe já fez um estudo, que está publicado,
346 de validade das avaliações virtuais, comparando avaliações diferentes que foram feitas
347 virtuais como presenciais, para verificar se há grande disparidade de indicadores
348 específicos e nada foi demonstrado. A Prof.^a Thérèse expôs que ela e o Prof. Esteban
349 tiveram a oportunidade de participar dos testes e viram que tem consistência. A Prof.^a
350 Helena explicou que há uma demanda muito grande para que as avaliações voltem a serem
351 presenciais. A Presidente explicou que há variáveis que impactam. Mas, levando em



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
COMISSÃO NACIONAL DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

352 consideração esses problemas que a Conaes já encontrou, concorda com a Prof.^a Helena
353 que exista outras preocupações. O Prof. Ulysses explicou que o Inep está com um projeto
354 de fazer mais estudos de validação, ainda não está desenhado, mas por exemplo, mandar
355 uma visita presencial e fazer a filmagem com acompanhamento como se fosse uma visita
356 virtual, na mesma data e mesma instituição simultaneamente, mas a que vai valer é a
357 presencial, mas o Inep usará os dados da virtual para estudo. Acredita que se pode
358 rediscutir a necessidade de avaliação para todos os atos regulatórios. A Presidente expos
359 que para autorização e credenciamento é dispensável a visita, tanto virtual como presencial.
360 O Prof. Ulysses explicou que já foi colocado para a equipe um trabalho que já está sendo
361 realizado sobre a divulgação dos micros dados da avaliação in loco, porque é necessário
362 saber a porcentagem das avaliações que estão dando algum problema. O Prof. Mário
363 questionou sobre a remuneração das avaliações virtuais. O Prof. Ulysses explicou que
364 nessa proposta muda-se a modalidade de pagamento. Ao invés de ser R\$ 1.200,00 pela
365 visita, paga-se pela diária de R\$ 400,00 independente da modalidade. Continuou
366 explicando que tem considerado uma possibilidade criar valores diferentes do presencial e
367 do virtual, porque o professor estando presencialmente perde mais 2 dias de deslocamento.
368 Estão sendo feitos estudos frente aos questionamentos. **Item 3.4.** Dúvidas sobre o
369 comunicado dos indicadores de qualidade IGC. A Prof.^a Mircea questionou para quando
370 está previsto o resultado dos indicadores de qualidade. O Prof. Ulysses respondeu que será
371 para dezembro/2023. Que no início do segundo semestre o Inep deve encaminhar para a
372 Capes uma solicitação de dados dos programas dos cursos de mestrado e doutorado da
373 lista de instituições que não tenham o IGC calculado. O Prof. Mário lembrou a todos que
374 foi aprovado na Conaes que seria usado os dados da quadrienal anterior para fins do
375 próximo, pois não se tinham dados da Capes em função da ação do Ministério Público. O
376 Prof. Ulysses explicou que esse comunicado é na verdade um alerta para as instituições
377 prestarem atenção nos dados que preencherão, porque serão usados para avaliação. A
378 Prof.^a Mircea citou um trecho do comunicado: “...*também indispensável a verificação do*
379 *vínculo estabelecido pela Capes, este código do programa IES cadastrada no sistema e-*
380 *MEC.*” Demonstrou preocupação, pois consultou a equipe de processamento de dados e
381 verificou que esta é uma informação interna, a IES não vai conseguir conferir se a
382 vinculação está correta. O Prof. Mário comentou que isto é um problema dos programas
383 que são coordenados por uma instituição que possui várias formas associativas e que
384 utilizam dado do mestrado para estar lá e que não é dela de fato. Embora contribua com 2
385 ou 3 professores. **Item 4. Assuntos gerais.** A pedido do Prof. Paulo a Presidente trouxe a
386 informação dos esforços no sentido de renovação dos mandatos da Prof. Therese e do
387 Prof. Esteban. Explicou que em reunião com o Chefe de Gabinete do Ministro, foi relatada
388 a necessidade da recondução deles para as próximas reuniões, para não haver problemas
389 de quórum, pela experiência e conhecimento nos assuntos de discussão e
390 encaminhamento da Conaes, visto a renovação dos membros em função da troca de



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
COMISSÃO NACIONAL DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

391 governo. A Conaes está sendo muito demandada para debates, em função da
392 demonstração de atuação ativa na avaliação da educação superior, então faz-se necessário
393 ter continuidade nas comissões já montadas e que haja membros conhecedores dos temas
394 debatidos para representar a Conaes nesses convites. A Presidente como item final, devido
395 ao encerramento do mandato como membro notório saber do Prof. Mário, Prof.^a Thérèse e
396 Prof. Esteban, se despede e agradece aos três. E pela impossibilidade de recondução do
397 Prof. Mário agradece sua contribuição inestimável. Espera que as secretarias e o Inep
398 continuem convidando-o para algumas comissões como sempre, devido ao seu
399 conhecimento. A Presidente reforça a importância da Prof.^a Thérèse se manter membro da
400 Conaes, agradeceu seus 3 anos de enorme colaboração e de quando a representou em
401 eventos em Brasília que ela não pode estar presente e espera vê-la na próxima reunião.
402 Se despediu também do Prof. Esteban que por problemas de saúde não estava presente,
403 e disse ser uma pessoa que trouxe à Conaes uma contribuição inestimável, pois possui um
404 largo conhecimento em EaD e novas metodologias, e espera o ver também na próxima
405 reunião. Agradeceu a todos que estavam iniciando na Conaes em especial a representante
406 discente, Ana Beatriz e acredita que sua participação será de grande valia. Ela agradeceu
407 e disse que espera contribuir dentro de suas possibilidades trazendo o olhar dos discente
408 à Conaes. A Presidente solicitou aos ouvintes presentes da SETEC e SESU apoio para
409 designação dessas duas secretarias importantes na Conaes. Agradeceu a Prof.^a Mircea
410 pela presença, a sua contribuição e conhecimento. Agradeceu também a presença da Prof.^a
411 Helena e destacou a importância da sua designação em Portaria pelo Sr. Ministro. A Prof.^a
412 Mircea agradeceu em nome da Capes todo o conhecimento e trabalho do Prof. Mário. Disse
413 que além de um excelente profissional, é um excelente ser humano, muito gentil no trato e
414 agradeceu esse tempo de partilha de conhecimento. A Prof.^a Thérèse agradeceu ao Prof.
415 Mário todo aprendizado nos últimos três anos, destacou a tranquilidade e sagacidade como
416 inigualáveis. Também agradeceu a acolhida e confiança da Presidente representando a
417 CONAES. A Prof.^a Alause também agradeceu a oportunidade de aprendizado e disse ter
418 sido um prazer enorme conhecer o Prof. Mário. Prof. Paulo disse ter aprendido com o Prof.
419 Mário a defender a Conaes e falar da sua importância na educação superior. O Prof.
420 Maurílio agradeceu imensamente a possibilidade de ter convivido com o Prof. Mário e
421 degustado um pouco da sua sabedoria. A Prof.^a Ana Beatriz agradeceu o pouco tempo
422 nesta reunião que conviveu com o Prof. Mário e viu que através da visão de cada um, ele
423 é uma pessoa profissionalmente e pessoalmente muito boa e desejou o melhor que está
424 por vir. A Assessora Clarisse disse ter ficado com o sentimento de que gostaria de ter tido
425 oportunidade de ter disfrutado mais do conhecimento do seu conhecimento e que percebeu
426 que ele deixou um legado na Conaes. O Prof. Mário emocionado agradeceu a todos por
427 todo carinho, partilha de conhecimento e acolhida. Se colocou à disposição para contribuir
428 sempre que preciso. Não havendo mais manifestações a Presidente encerrou a reunião
429 que segue assinada por esta secretaria e pelos presentes à reunião.



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
COMISSÃO NACIONAL DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR**

430

Ana Maria Ferreira de Mattos Rettl
(Notório Saber)

Mário César Barreto Moraes
(Notório Saber)

Thérèse Hofmann Gatti Rodrigues da Costa
(Notório Saber)

Maurílio Mussi Montanha
(Representante do Corpo Técnico- Administrativo)

Ana Beatriz B. de Siqueira
(Representante do Corpo Discente)

Ulysses Tavares Teixeira
(Representante do INEP)

Paulo César Diniz
(Representante Docente)



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
COMISSÃO NACIONAL DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR**

Mircea Claro Moller
(Representante da Capes)